

# A INCLUSÃO DO ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO: DESAFIOS E BARREIRAS VIVENCIADAS NA PRÁTICA DA INCLUSÃO EDUCACIONAL

Silvia da Rocha Azevedo<sup>1</sup>

**Instituição:** Secretaria Municipal de Educação de Pinhais

**Resumo:** Este artigo analisa o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a elaboração de estratégias para alunos adolescentes e jovens com deficiência, observando suas especificidades e perspectivas em relação ao ingresso no mundo do trabalho e eliminação de barreiras que obstam a inclusão social e profissional deste indivíduo. Ao observar as especificidades do AEE com alunos adolescentes e jovens, as lacunas quanto à educação da pessoa com deficiência e a inclusão no mercado de trabalho além do quanto é necessário avançar nesta área, desenvolveu-se um projeto de assessoramento ao AEE em relação ao aluno público-alvo da educação especial e inclusão no trabalho, em conjunto com as professoras das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). O trabalho vem sendo desenvolvido com base em documentos que priorizam a participação da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, no acompanhamento do processo de aprendizagem e no atendimento do alunado em questão, com idade entre 13 e 18 anos, seus anseios em torno do AEE e da escolarização e suas perspectivas futuras. Levando em conta o atendimento voltado à inclusão no mundo de trabalho, a aprendizagem escolar toma uma direção contrária ao desenvolvimento da leitura, da escrita e do cálculo, abrangendo, dessa forma, conteúdos voltados para a autonomia e cidadania, por meio da transformação e inclusão em uma sociedade adulta, e manutenção destes na busca do aperfeiçoamento técnico. Este artigo mostra resultados parciais, baseados em entrevista com os alunos e considerações sobre o AEE, além de evidenciar os desafios frente ao trabalho com alunos adolescentes com deficiência.

**Palavras-chave:** Pessoa com Deficiência. Inclusão no mundo do trabalho. Atendimento Educacional Especializado.

## Introdução

Ao pensar nas especificidades do trabalho com o aluno público-alvo<sup>2</sup> da educação especial e a quebra de barreiras na promoção da inclusão destaca-se algumas considerações que se fazem importantes, uma vez que a inclusão da pessoa com deficiência não pode ser vista apenas nos atendimentos de saúde, assistencial e educacional. É necessário ver o sujeito na sua totalidade,

---

<sup>1</sup> Pedagoga da Educação Especial da Gerência de Educação Especial e Inclusão Educacional (GESPI) da Secretaria Municipal de Educação de Pinhais.

<sup>2</sup> De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) considera-se alunos público-alvo da educação especial os que possuem deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

como pessoa que se constitui como um ser social, capaz de ser protagonista de sua própria vida, de comandar suas ações e responder por suas atitudes. Assim permeia o direito do indivíduo de acesso a uma educação de qualidade que atenda às necessidades do aluno. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p.9)

Sendo assim, o Estado tem por responsabilidade garantir a oferta dessa educação de qualidade, que atenda o aluno público-alvo da educação especial (PAEE) para a inclusão no mundo do trabalho desenvolvendo suas habilidades e não ressaltando suas inabilidades.

Pensando neste enfoque e no Atendimento Educacional Especializado (AEE) do adolescente com deficiência ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) foi elaborado um projeto voltado para os alunos PAEE, que frequentam o AEE, visando à articulação de estratégias para o desenvolvimento de habilidades sociais e eliminação de barreiras. Tomando em análise esses fatores, percebe-se no entendimento que o problema está centrado no indivíduo com deficiência. Numa primeira averiguação dos tópicos da Lei nº 13.146/2015<sup>3</sup>, compreende-se que é necessária a elaboração de ajustes sociais para a efetiva inclusão da pessoa com deficiência. Essa Lei, no seu Art. 2º, indica que:

[...] Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial o qual com interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, p.1).

Compreende-se, então, que a legislação específica, vigente e atual, defende a inclusão como garantia do pleno acesso do adolescente e jovem à escolaridade e ao mundo de trabalho. Esta visão encontra base também na LDBEN nº 9.394/1996, mais especificamente no Art. 59, Inciso IV, que já traçava a importância do desenvolvimento da:

[...] Educação Especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora (BRASIL, 1996, p. 34).

Por esses aspectos, pode-se cogitar que o enfoque do AEE toma um novo caminho, traçado para superar as dificuldades que as professoras das Salas de

---

<sup>3</sup>Lei Brasileira da Inclusão.

Recursos Multifuncionais (SRM)<sup>4</sup>enfrentam no atendimento de adolescentes e jovens com deficiência. Uma das premissas da efetiva inclusão é que o ambiente deve ser acolhedor e estruturado, com acessibilidade física, atitudinal e comunicacional.

A inclusão torna-se viável somente quando, através da participação em ações coletivas, os excluídos são capazes de recuperar sua dignidade e conseguem - além de emprego e renda - acesso à moradia decente, facilidades culturais e serviços sociais, como educação e saúde (RATTNER, 2002, p. 1).

## **Atendimento educacional especializado e a inclusão social no mundo do trabalho**

O trabalho no AEE para inclusão social no mundo do trabalho do aluno adolescente e jovem com deficiência se divide em três principais aspectos: a) professoras do AEE; b) famílias; e c) empresas, para que se possa propor um processo efetivo de inclusão no mercado de trabalho. Isto porque o objetivo principal é que o aluno se reconheça como cidadão, conquistando sua dignidade.

O grande desafio junto às famílias é propor maneiras para que essas compreendam perspectivas em relação à prosperidade na vida do educando; assim, poderão colaborar para o desenvolvimento de sua autonomia e independência.

Considera-se papel do professor especializado o de estimular o educando quanto às suas potencialidades (isso integrado e organizado no plano de ensino individual do AEE), além do trabalho de mediação com as famílias. Já no âmbito das empresas, há a expectativa que, de fato, estabeleçam-se parcerias na oferta de postos de trabalhos e qualificação profissional.

### **Objetivos específicos do trabalho**

- Plena participação e inclusão do adolescente com deficiência na sociedade;
- Desenvolvimento da autonomia e independência do adolescente e jovem com deficiência ou TEA;
- Igualdade de oportunidades para inclusão e permanência no mundo do trabalho;
- Respeito pela diferença e aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana;
- Desenvolver, junto ao AEE, estratégias que possibilite ao aluno aprendizagem não só voltada aos aspectos acadêmicos;
- Acesso ao mundo do trabalho às pessoas com deficiência com a atenuação das barreiras;

---

<sup>4</sup> De acordo com o Decreto nº 7.611/2011 (BRASIL, 2011), as SRM são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do AEE.

- Promoção de capacitação do aluno com deficiência.

### **Caracterização da amostra**

O trabalho vem sendo desenvolvido durante o ano letivo de 2016 com 21 alunos com idade entre 13 e 18 anos matriculados no ensino regular, em 8 escolas municipais no Ensino Fundamental – modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Pinhais/Paraná. Os alunos frequentam o AEE em 9 diferentes escolas-polo<sup>5</sup>. Doze alunos frequentam o ensino fundamental e 9 a EJA. Desse público, dois apresentam deficiência física/neuromotora, dois apresentam TEA e dezessete apresentam deficiência intelectual.

### **Cronograma<sup>6</sup> de trabalho**

- Entrevista com aluno<sup>7</sup> e com a família, abordando os seguintes tópicos: a) Identificação; b) Independência e autonomia; c) Formação pessoal; d) Formação profissional.
- Sistematização do programa do AEE, incluindo o trabalho com a família;
- Promoção de parcerias com empresas e outras secretarias municipais;
- Visitas técnicas a ambientes sociais e culturais;
- Qualificação profissional para o adolescente com deficiência na área de interesse;
- Inclusão do aluno no mundo do trabalho;
- Acompanhamento junto às empresas, englobando assessoramento ao empregado e empregador;
- Acompanhamento da família.

### **Breve avaliação sobre a realidade de adolescentes e jovens com deficiência do município de Pinhais**

Até o fechamento deste artigo havia sido efetivado o primeiro item do cronograma: a realização das entrevistas com os alunos. As entrevistas foram realizadas em formato semi-aberto, possibilitando a expressão da opinião do aluno. Possuíam quatro eixos, a saber: 1) Identificação; 2) Independência e Autonomia; 3) Formação Pessoal; 4) Formação Profissional.

No quesito Identificação, os dados das entrevistas com os alunos podem ser mais bem visualizados na TABELA 1.

---

<sup>5</sup> Os alunos frequentam diferentes escolas no AEE, pois estão matriculados em escolas próximas de sua residência.

<sup>6</sup> Desenvolvido junto com as professoras do AEE.

<sup>7</sup> A entrevista foi realizada no ambiente da SRM, na presença da professora.

RELAÇÃO DAS RESPOSTAS DOS ALUNOS, NO EIXO  
TABELA 1 IDENTIFICAÇÃO.

| Perguntas                      | Responderam adequadamente | Não souberam/Não responderam | Responderam parcialmente |
|--------------------------------|---------------------------|------------------------------|--------------------------|
| Nome completo                  | 19                        | 2                            | --                       |
| Quantos anos você tem?         | 19                        | 2                            | --                       |
| Qual a sua data de nascimento? | 8                         | 2                            | 11                       |
| Qual o nome da sua escola?     | 19                        | 2                            | --                       |
| Qual ano ou etapa você estuda? | 17                        | 4                            | --                       |
| Endereço                       | 5                         | 3                            | 13                       |

FONTE: A autora (2016).

Observando as respostas, compreende-se que grande parte dos alunos tem compreensão em relação a si próprios (nome completo e idade) e mediante o referencial da escola (onde estudam e qual o ano ou etapa). Já os quesitos “data de nascimento e endereço” apresentam menor número de acertos. No eixo *Independência e Autonomia*, os resultados estão explicitados na TABELA 2.

TABELA 2 RELAÇÃO DAS RESPOSTAS DOS ALUNOS, NO EIXO  
INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA.

| Perguntas                               | Sim | Não | Às vezes/Com ajuda |
|---|-----|-----|--------------------|
| Ajuda nas tarefas domésticas?           | 19  | 2   | --                 |
| Pode sair de casa sozinho?              | 14  | 7   | --                 |
| Sai com a família para eventos sociais? | 21  | --  | --                 |
| Executa os hábitos de higiene sozinho?  | 15  | --  | 6                  |
| Dorme sozinho?                          | 10  | 11  | --                 |

FONTE: A autora (2016).

Dos alunos que podem sair de casa sozinhos, seis vão à escola ou à SRM sozinhos. Dos alunos que não dormem sozinhos, cinco dormem com mãe ou com a avó.

No eixo formação pessoal foi perguntado aos alunos o que mais gostam de fazer quando estão em casa, na escola e na SRM. Entre as preferências quando estão em casa, os alunos responderam: assistir televisão, jogar

videogame, jogar no telefone celular, acessar redes sociais ou programas de envio de mensagens. No que diz respeito às preferências no ambiente escolar, os alunos responderam que gostam de estudar, desenhar e conversar com os professores. No que diz respeito às atividades executadas no momento do AEE, muitos trouxeram que gostam de desenhar, utilizar o computador, jogar, realizar maquetes, conversar com a professora e ler.

Ainda no eixo de *Formação Pessoal* foi perguntado sobre a atuação desses adolescentes em movimentos ligados à dança e música. Todos demonstraram conhecer músicas da atualidade e artistas que estão na mídia. Todos disseram que gostariam de viajar. As preferências variaram entre viajar dentro do próprio estado, em outros (como São Paulo, Santa Catarina ou Rio de Janeiro) e alguns almejam realizar viagens internacionais (para os Estados Unidos ou França).

Por fim, na *Formação Profissional*, todos os alunos entrevistados expressaram que gostariam de trabalhar. Entre os empregos almejados pôde-se listar: policial militar, embalador, agricultor, repositor de supermercado, transportador, confeitiro, trabalho relacionado à computação, motorista de ônibus, tatuador, pedagogo, mecânico, *youtuber*, estética, cantor de funk e jardineiro. Questionados se gostariam de fazer algum aperfeiçoamento, todos sugeriram algum curso, entre eles: desenho, informática, ginástica, vendas, enfermagem, jardinagem, inglês, curso para modelo.

### **Considerações finais**

Por meio do material colhido nessas entrevistas, observou-se possibilidades de análise e reflexão necessárias para o conhecimento do público em questão e para a formulação de estratégias de trabalho condizentes. Foi importante perceber que, ao participar de passeios e momentos de convívio social junto da família, o aluno está sendo inserido em situações importantes para o desenvolvimento do indivíduo. Já, quando se verificou que muitos ainda dormem na companhia de parentes (mãe, avó, irmãos), considera-se urgente o trabalho com a família, visando a independência. Isso é um processo delicado, pois envolve renúncias, que, muitas vezes, a família não está física e emocionalmente preparada para realizar. Isso é percebido por meio da observação da criação de estruturas difíceis de serem rompidas, pois a dependência promovida pela família se torna maior do que as barreiras provocadas pela deficiência.

Já no que diz respeito às preferências dos alunos no momento do AEE, analisando as respostas, foi possível compreender o quanto é fundamental a reformulação do AEE, tanto no aspecto do atendimento ao aluno, como no que diz respeito ao assessoramento às famílias.

Muitos questionamentos surgiram, entre eles: Como desenvolver a independência e a autonomia? Como incrementar a prática do professor especialista para que ele possa atender os alunos no que realmente será proveitoso? Qual a melhor maneira de realizar intervenção com a família? É claro que o caminho que está sendo trilhado atualmente não foi antes traçado.

Muitas são as dúvidas, mas estas se tornam o combustível para a busca de respostas e soluções viáveis, capazes de acolher cada indivíduo na sua totalidade e respeitando suas particularidades. Foi possível observar que as possibilidades de atuação são muitas para que se possa desenvolver um trabalho que seja significativo para os alunos.

A partir da análise das respostas, pode-se observar que o trabalho está apenas no início. As dificuldades estão sendo descobertas pouco a pouco e se observa que o caminho a ser trilhado com esses adolescentes e jovens com deficiência pode ser longo e desafiador. Uma questão importante é: Que cidadão queremos formar? Isto porque “ser cidadão” implica que a pessoa tenha acesso irrestrito à participação social, na qual ele, como ser autônomo, possa decidir por tudo que seja relevante para si. As barreiras estão postas e é sabido que, com trabalho em conjunto e com políticas públicas que valorizem o ser humano, será possível a mudança de paradigma. Dessa forma a probabilidade da inclusão acontecer de forma efetiva é muito mais plausível.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDBEN 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: 2008.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Resolução nº 04**, de 02 de outubro de 2009. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

RATTNER, Henrique. **Sobre a exclusão social e políticas de inclusão**. In: Revista Espaço Acadêmico, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumy. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5 ed., Rio de Janeiro: WVA, 2003.

---